

## O paradigma da produção globalizada

---

*Carlos Aguiar de Medeiros*

O sentido mais forte e amplo atribuído ao termo globalização diz respeito à afirmação, nos anos 90, de um novo paradigma, o da produção globalizada.<sup>1</sup> Nesta, os mercados locais e nacionais constituem parte de um único e indiferenciado mercado mundial construído pelas grandes corporações transnacionais. Este processo, segundo seus principais intérpretes, decorre de transformações tecnológicas, organizacionais e institucionais e foi acelerado na última década pela desregulação dos mercados nacionais. O seu principal agente motor é a grande firma transnacional. Um dos principais corolários desta nova configuração produtiva é o de que o acirramento da concorrência nos mercados internacionais e o enfraquecimento dos Estados nacionais tornam as estratégias privadas decisivas para uma nova reordenação da divisão internacional do trabalho. O núcleo destas estratégias, segundo a opinião dominante, radica na elasticidade de substituição de fornecedores, flexibilidade na localização dos investimentos e centralização das decisões e mecanismos de coordenação pelas empresas globais.

Neste paradigma, a grande empresa transnacional afirma-se como protagonista essencial pelo acúmulo de poder decorrente da “hipermobilidade” dos investimentos produtivos. Os Estados nacionais coagidos por potenciais estratégias privadas de “saída” e de “entrada” encontram-se fatalmente – prossegue o diagnóstico – subordinados a políticas que promovam as vantagens de localização dos investimentos externos. Políticas industriais e keynesianas revelam-se, desse modo, frágeis em uma época marcada pela interdependência crescente dos mercados globais.<sup>2</sup> Com o encurtamento das distâncias decorrente dos novos meios de comunicação e redução das tarifas, a hipermobilidade do capital produtivo leva a uma acirrada busca de redução de custos e, por esta via, no caso dos países em desenvolvimento, a uma reatualização das vantagens comparativas estáticas.<sup>3</sup> Com o acirramento da concorrência nos mercados mundiais e a desregulação dos mercados nacionais, a integração das economias decorre das estratégias empresariais de associação e de inserção na rede de compras das grandes corporações mundiais.

Neste movimento, conforme estilizado acima, a importância dos mercados locais ou nacionais é subordinada ao grau de articulação com o mercado mundial. Há, neste sentido, dois

---

(1) Na literatura americana a tese da produção globalizada foi desenvolvida por autores heterodoxos e críticos do capitalismo liberal como Piore & Sabel (1984) e Reich (1991). Hoje se encontra disseminada em organizações como *United Nations Centre on Transnational Corporations* e, de uma forma geral, é amplamente incorporada em análises e documentos especializados sobre economia mundial e nos desafios contemporâneos para os países em desenvolvimento. A força da tese baseia-se em um aparente consenso entre amplo espectro de correntes de pensamento. Para uma análise crítica deste paradigma, ver Gordon (1994).

(2) A hipótese de que não há alternativas econômicas – e, neste sentido, a globalização impõe um único modelo de política de desenvolvimento – parece aproximar correntes ideologicamente distantes. Para uns os limites são estreitos, mas realisticamente eles são inevitáveis dada a globalização. Para outros, ao contrário, não há limites desde que as políticas promovam os “fundamentos corretos”. Uma visão entusiasta sobre as possibilidades ilimitadas de inserção na economia mundial pode ser vista em Lal (1980).

(3) Assim, para Kregel (1994: 37), “Como a capacidade produtiva pode agora se mover muito facilmente entre fronteiras ou ser construída rapidamente, a mão-de-obra e matérias-primas baratas serão os fatores determinantes. A introdução da tecnologia dos semi-condutores e comunicações avançadas significa que o tamanho e a localização das facilidades produtivas se tornam cada vez menos importantes. Plantas podem ser montadas num curto espaço de tempo, com partes e insumos de alta tecnologia enviados por ar ou via redes de computadores simplesmente para beneficiar-se de mão-de-obra ou de vantagens fiscais.” Em texto mais recente, Kregel (1997) adota uma posição bem mais cautelosa sobre a produção globalizada sublinhando os limites espaciais e temporais do deslocamento da capacidade física de produção.

planos em que a análise da produção global é apresentada: o plano local ou nacional em que são tomadas as decisões públicas e estratégias privadas visando inserir-se nos mercados globais, e o plano internacional. Este, quase sempre é descrito como um plano não hierarquizado, descentralizado e dirigido por grandes empresas que se deslocam rapidamente em escala planetária entre mercados e atividades produtivas.

O que distingue a hipótese da produção globalizada de outras interpretações sobre a internacionalização dos mercados como característica do capitalismo contemporâneo é a sua ênfase nos aspectos microeconômicos, tecnológicos e empresariais. São as grandes empresas que reorganizam no âmbito mundial, a alocação de recursos entre os mercados locais e nacionais.<sup>4</sup> Neste mundo marcado pela crescente autonomia das empresas transnacionais de seus espaços nacionais originários e pelo acirramento da concorrência, cabe ao Estado nacional promover um ambiente macroeconômico e institucional de forma a inserir a economia nos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e, desse modo, na rede global construída intensamente nos últimos anos pelo comércio intrafirma.<sup>5</sup>

O sucesso do paradigma da produção globalizada na imprensa especializada deve-se à afirmação de que o atual processo de internacionalização da economia não se limita à mera expansão do comércio e dos investimentos produtivo e financeiro internacionais, ou à construção de uma ordem econômica mais liberal do que a que prevaleceu no capitalismo do pós-guerra. Trata-se, antes, de uma novidade histórica em que se realiza na prática um projeto afinal bastante antigo: o da internacionalização do capital na tradição de Marx ou o da livre circulação dos capitais na tradição dos economistas liberais.

Não nos cabe aqui fazer uma análise crítica da novidade histórica anunciada, pois já se encontra disponível uma razoável literatura a respeito.<sup>6</sup> Interessa-nos aqui sublinhar que até o presente momento as evidências disponíveis apóiam a tese de uma hiper mobilidade do capital financeiro, não podendo, à luz dos fatos, serem atribuídas ao capital produtivo. Este, crescentemente concentra-se espacialmente e regionaliza-se.

As Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 apresentam alguns dados relevantes. A evolução do produto e do comércio internacional entre as nações ricas do G7 – Tabela 1 – revela uma realidade pouco enfatizada: o descolamento entre as taxas de crescimento do comércio internacional e do produto interno observado no período 1989/94 vis-à-vis períodos anteriores foi essencialmente um fenômeno americano. Isto é, uma das evidências empíricas mais destacadas na defesa da mudança estrutural do capitalismo contemporâneo longe de ser global, é um fenômeno derivado das altas taxas de exportação da economia americana vis-à-vis seu passado histórico.

---

(4) Para Krugman (1995: 337), esta também é a explicação mais popular entre os jornalistas. “Os economistas internacionais, embora considerem com alguma atenção esta explicação tendem a enfatizar fatores políticos no mínimo com igual importância; eles sublinham a função desempenhada pelo GATT e, mais recentemente, as medidas de liberalização unilateral adotadas pelos países em desenvolvimento.”

(5) A hipótese da crescente autonomia das empresas transnacionais dos interesses dos capitalistas nacionais foi apresentada com pioneirismo por Rowthorn (1980: 64) sobre a estagnação do capitalismo inglês nos anos 70. Para o autor “... em face da ameaça de perdas maciças nos negócios externos em troca de lucros duvidosos nos negócios domésticos, os setores do capital britânico que operam internacionalmente opuseram-se às medidas necessárias para dinamizar o capitalismo britânico, preferindo – ainda que não gostassem dela – a alternativa da estagnação e da deflação em resposta às exigências das outras potências imperialistas.” Assim, “O poder do capital britânico no exterior agravou a debilidade do capitalismo britânico”. Ao contrário da opinião contemporânea, Rowthorn atribuía ao debilitamento econômico do Estado inglês este descolamento de interesses prejudicial, tanto ao capitalismo, como aos capitais ingleses “crescentemente vulneráveis a represálias, caso os britânicos sigam políticas econômicas que não sejam do agrado das outras potências imperialistas” (p. 63).

(6) Ver, entre outros, Bairoch & Wright (1996).

Tabela 1  
Crescimento do PIB e do volume de comércio de bens  
Países do G7 OCDE

		Variação média anual			
		1960/73	1973/79	1979/89	1989/94
EUA	Produto	3,9	2,5	2,5	2,1
	Exportação	6,9	5,6	5,5	7,2
	Importação	9,1	4,4	5,6	7,2
Japão	Produto	9,6	3,6	4	2,1
	Exportação	15	7,8	6,2	1,8
	Importação	14,5	1,5	4,6	5,3
Alemanha	Produto	4,3	2,4	2	2
	Exportação	10	4,8	4,5	2,6
	Importação	10,6	5,5	3,4	5,1
G7	Produto	4,8	2,7	2,7	1,8
	Exportação	-	-	4,9	4,8
	Importação	-	-	4,6	5

Fonte: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em relação ao Japão, o período 1989/94 testemunhou, pela primeira vez desde os anos 1960, taxas de crescimento das exportações mais baixas do que as do crescimento do produto interno. As importações, no entanto, foram duas vezes aquelas registradas para as exportações de bens. De forma menos acentuada algo semelhante se passou com a Alemanha. Entre os países desenvolvidos, a explosão do comércio internacional ocorrida desde a segunda metade dos anos 80 decorreu da expansão do comércio exterior americano (especialmente das exportações) e expansão concomitante das importações no Japão e Alemanha. Efetivamente, a desvalorização “duradoura” do dólar resultante do *Plaza Agreement* de 1985, isto é, sua aceitação pelo Japão e Alemanha foi decisiva para parcela significativa das mudanças estruturais associadas ao processo de globalização.<sup>7</sup>

A Tabela 2 evidencia a ampla estabilidade na distribuição do comércio mundial entre as economias da OCDE e as não pertencentes a este grupo. Mais de 70% das exportações e das importações mundiais ocorrem hoje como ocorriam nos anos 60 entre as economias da OCDE.<sup>8</sup> A grande mudança apresentada neste quadro deu-se entre as economias não pertencentes à OCDE. Estas foram aqui divididas em 5 grupos: Economias Dinâmicas da Ásia (incluindo a Coreia do Sul, Formosa, Hong-Kong e Cingapura, a China, e a segunda geração de economias de alto desempenho como Tailândia e Malásia); países da OPEP; países da América Central e do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela);<sup>9</sup> países da Europa Central e Oriental e Outros. As informações são eloqüentes: embora estes países continuem respondendo, no seu conjunto, por 30% do comércio mundial, a posição relativa dos grupos muda drasticamente. As Economias Dinâmicas da Ásia multiplicam por um fator superior a 3 sua posição relativa tanto nas exportações quanto nas

(7) Esta proposição é convergente com as teses desenvolvidas originalmente por Tavares (1985). Neste ensaio, o ano de 1979 inaugura uma ampla ofensiva econômica e política dos Estados Unidos visando reestruturar a ordem econômica internacional e “...retomar o controle financeiro através da chamada diplomacia do dólar forte” (p. 3). O *soft landing* do dólar no Acordo de Plaza em 1985, deu prosseguimento, por outros meios, ao movimento de recuperação e afirmação da hegemonia e dos interesses nacionais dos Estados Unidos. Este ponto é retomado em Tavares (1993).

(8) É importante notar no caso das economias européias o amplo predomínio do comércio regional. Segundo dados da *European Economy* (Krugman, 1995) referente a 1990, enquanto o grau de abertura médio das economias pertencentes à União Européia foi de 28%, o grau de abertura da UE com o mundo não europeu foi de 9% do PIB, uma relação próxima à dos Estados Unidos.

(9) Deve-se recordar que o México encontra-se incluído entre os países da OCDE.

importações. Todos os demais grupos de países perdem posição relativa com particular destaque para os países da América Central e do Sul. Esta drástica mudança, já visível em 1985 (mas não em 1974), afirma-se efetivamente entre este ano e 1993. É possível dizer que até 1985, a explosão das importações e exportações da OPEP foi a única mudança efetiva na posição relativa dos países não pertencentes à OCDE. Após 1985, a explosão originou-se das Economias Dinâmicas da Ásia.

Tabela 2  
OCDE: Participação no comércio mundial

	Distribuição							
	Importações				Exportações			
	1964	1974	1985	1993	1964	1974	1985	1993
OCDE	71,9	67	70,2	70,7	70,9	71,2	73,2	70,7
não OCDE	28,1	33	29,8	29,3	29,1	28,8	26,8	29,3
EDA	2,5	3,8	7,3	11,2	3	4,8	7,1	10,8
OPEP	8	15,9	9,1	5,1	3,9	5,3	5,7	3,7
ACS	5,2	3,4	3,2	2,1	3,4	3,5	1,6	1,8
PECO	1,4	1,3	1	2,7	1,5	3,1	0,9	3
outros	11,6	8,4	8,6	8,6	16,8	12,3	10,3	10,4

OCDE: OCDE - Europa + Canadá, México, EUA, Japão, Austrália e Nova Zelândia.

EDA: Economias Dinâmicas da Ásia.

ACS: América Central e do Sul: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela.

PECO: Países da Europa Central e Oriental.

Fonte: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – Estatísticas históricas.

A Tabela 3 apresenta a evolução das importações manufatureiras das economias da OCDE, discriminando entre as economias não pertencentes à OCDE apenas dois grupos: as Economias Dinâmicas da Ásia e as da América Central e do Sul. Nesta tabela as transformações são mais evidentes: a quota dos países não pertencentes à OCDE nas importações de máquinas e equipamentos (classificação SITC 7) e outras manufaturas (SITC 5, 6, 8, 9) dos países da OCDE ampliou-se amplamente no período 1964 a 1993. Esta mudança foi particularmente aguda entre 1985 e 1993 para o setor de máquinas e equipamentos de transporte e se explica integralmente pelas exportações asiáticas. Os países da América Central e do Sul perdem posição relativa no mercado da OCDE, inclusive nas manufaturas tradicionais classificadas na Tabela 3 como Outros bens manufaturados.

Tabela 3  
OCDE: Importações de manufaturas

	Distribuição			
	1964	1974	1985	1993
Máquinas e equipamentos transporte <sup>(1)</sup>				
OCDE	98,3	94,9	90,2	82
não OCDE	1,7	5,1	9,8	18
EDA	0,2	2,5	5,8	11,5
ACS	0	0,3	0,6	0,4
Outros bens manufaturados <sup>(2)</sup>				
OCDE	87	83,2	77,9	69,9
não OCDE	13	16,8	22,1	30,1
EDA	2,8	5,6	11,2	14,2
ACS	1,6	1,3	2	1,4

<sup>(1)</sup> Classificação SITC 7

<sup>(2)</sup> SITC 5+6+8+9

Fonte: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O cenário que decorre destes quadros é menos revolucionário do que parece: a parcela do comércio internacional entre os países da OCDE permanece constante no comércio mundial. Entre os países periféricos ocorre uma mudança de posição em que as economias dinâmicas da Ásia ganham quota nos mercados da OCDE em detrimento da América do Sul. Esta transformação regional foi acompanhada por uma mudança estrutural importante nas relações norte-sul: o alto crescimento nos países da OCDE das importações de manufaturas oriundas das economias dinâmicas da Ásia.

Tabela 4  
Evolução do Investimento Direto Externo por áreas  
Valores/média em milhões de US\$

	1970/74	1975/79	1980/85	1985/89	1990/93
Total	14764	27444	50234	124450	172350
(%)	100	100	100	100	100
Economias industriais	12780	21009	37755	103417	126485
(%)	86,6	76,6	75,2	83,1	73,4
Economias em desenvolvimento	1984	6435	12479	21033	45865
(%)	13,4	23,4	24,8	16,9	26,6
Ásia	673	1422	4644	10565	25572
(%)	4,6	5,2	9,2	8,5	14,8
América Latina	1588	3574	6134	7421	14874
(%)	10,8	13	12,2	6	8,6
Todas as outras	-277	1439	1701	3047	5419
(%)	-1,9	5,2	1,4	2,4	3,1

Fonte: CEPAL/FMI. *Balance of Payments Statistics*.

A Tabela 4 apresenta a evolução do Investimento Direto Externo (IDE) por áreas. São notáveis os seguintes movimentos: os períodos entre 1970/74 e entre 1985/89 apresentaram os valores de mais alta concentração do IDE entre os países industrializados, os anos entre 1974 e 85 e entre 1990/93 apresentaram maior participação dos países em desenvolvimento no IDE. Neste último período – 1990/93 – os países asiáticos responderam integralmente pela maior participação relativa dos países em desenvolvimento no investimento externo direto. Embora a primeira metade dos anos 80 tenha testemunhado forte expansão do IDE, a explosão dos investimentos estrangeiros ocorre de fato a partir de 1985. Conforme se torna evidente na Tabela 5, esta explosão foi puxada pelos investimentos japoneses que dobraram sua participação nos estoques de investimento estrangeiro entre 1980 e 1985 e entre 1985 e 1990. Na primeira metade da década os investimentos japoneses foram direcionados para os Estados Unidos e para o setor Serviços. Na segunda metade da década os investimentos foram concentrados nas manufaturas asiáticas. Destaca-se aqui o caso da economia chinesa, a maior concentração de investimento direto estrangeiro entre os países em desenvolvimento.

Vale a pena ressaltar que o maior deslocamento de capitais produtivos ocorrido nos últimos 20 anos foi em direção aos Estados Unidos e à China, economias continentais, protegidas e que cresciam a taxas mais elevadas que o conjunto da economia mundial. No caso dos Estados Unidos, o crescente protecionismo praticado nos anos 80 atraiu forte investimento estrangeiro, sobretudo japonês, visando contornar as barreiras protecionistas e disputar parcelas de mercado no grande mercado interno americano.<sup>10</sup> No caso chinês, a incorporação de Hong-Kong e as

(10) Tavares (1985) sublinhava, em seu texto, que ao longo dos anos 70, “O subsistema de filiais transnacionais operava divisões regionais de trabalho intrafirma, à revelia dos interesses nacionais americanos, e conduzia a um acirramento da concorrência no interior dos demais países capitalistas que era favorável à modernização e expansão européia e japonesa e desfavorável aos EUA” (p. 3). As principais mudanças pós-85

Economia e Sociedade, Campinas, (8): 239-45, jun. 1997. 243

potencialidades quase ilimitadas de afirmação em um gigantesco mercado interno servem de catalisadores para a onda mais recente de investimentos externos. Em ambos os casos as políticas econômicas e as estratégias dos governos e das empresas foram essenciais. Em um certo sentido a experiência recente de gravitação do investimento estrangeiro produtivo não discrepa da visão clássica e amplamente observada no pós-guerra, em que crescimento do mercado interno, grau de proteção, potencialidades de crescimento, taxa de cambio e exportações são fatores dominantes.

Os movimentos da produção e do comércio internacional ocorridos na última década parecem também corroborar a tese de que a globalização financeira tem liderado estas transformações.<sup>11</sup> Nas novas condições que presidem o sistema monetário internacional pós-Bretton Woods, flutuações das taxas de câmbio nominal e da taxa de juros são decisivas para a rentabilidade dos investimentos privados. Quanto mais estes são intensivos em transações cambiais (comércio externo, financiamento e investimento) maiores são os riscos e maiores são as operações defensivas. O predomínio dos investimentos diretos no setor financeiro e nas atividades com menores custos fixos traduz esta realidade. A decisão de imobilizar capital produtivo no setor manufatureiro, segundo as evidências antes comentadas, parece subordinar-se, neste contexto, a estratégias em que a taxa de câmbio real – o deslocamento do capital japonês na Ásia – o tamanho do mercado interno (ou pertencente à mesma área monetária) e mecanismos extramercado – as conexões do capital mercantil de Hong-Kong na China – são fatores decisivos.

Tabela 5  
Distribuição dos estoques de IDE segundo os principais países investidores  
%

	1980	1985	1990	1994
EUA	42,82	36,95	26,1	25,65
Grã-Bretanha	15,64	14,77	13,84	11,82
Alemanha	8,39	8,82	9,09	8,65
Japão	3,81	6,47	12,08	11,68

Fonte: UNCTAD.

Assim, malgrado a inegável autonomia das grandes corporações transnacionais, agentes centrais das mudanças tecnológicas e organizacionais decisivas à globalização do capital produtivo, elas não operam em uma economia internacional abstrata, mas em um contexto subordinado a hierarquias definidas, no plano econômico, pelas políticas monetárias, cambiais e comerciais.

Em síntese, o quadro da economia globalizada descrito acima poderia ser esquematicamente resumido da seguinte forma: a partir de 1985 os Estados Unidos, premidos por seu déficit comercial com o Japão e beneficiado por uma taxa de câmbio favorável, ampliam sua participação no comércio mundial, em particular nas exportações mundiais. O Japão perde posição no comércio mundial, mas quadruplica sua participação nos estoques de investimento direto, destinando fluxos crescentes para os Estados Unidos e para as Economias Dinâmicas da Ásia. Estas alteram drasticamente sua posição relativa no comércio internacional ampliando sua quota nas importações manufatureiras (tanto em máquinas e equipamentos quanto em manufaturas tradicionais) dos países da OCDE. Os demais países – quer os da OPEP, da América Latina e da Europa Oriental – perdem posição tanto no comércio, quanto no investimento internacional. A internacionalização do mercado interno americano e a transformação do Japão no maior investidor internacional constituem isoladamente os principais fenômenos do processo de globalização. A

---

decorrem da transnacionalização do mercado interno americano, modernização de sua indústria com equipamentos baratos de último tipo e capitais de empréstimo e de risco do Japão e da Alemanha”.

(11) Ver Kregel (1996) e Felix (1996).

emergência das economias dinâmicas da Ásia como produtoras de manufaturas em larga escala é parte integrante deste movimento.

Carlos Aguiar de Medeiros é Professor Adjunto  
do Instituto de Economia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

#### Referências bibliográficas

- BAIROCH, P.; WRIGHT, R. K. *Globalization myths: some historical reflections on integration, industrialization and growth in the world economy*. New York: UNCTAD, 1996. (Discussions Papers, n. 113).
- FELIX, D. Financial globalization versus free trade: the case for the Tobin Tax. *UNCTAD Review*, 1996.
- GORDON, D. The global economy: new edifice or crumbling foundations? In: KOTZ, D. et al., ed. *Social structures of accumulation*. Cambridge, Mass.: Cambridge Univ. Press, 1994.
- KREGEL, I. *Capital flows: globalization of production and financing development*. New York: UNCTAD, 1994.
- \_\_\_\_\_. Some risks and implications of financial globalization for national policy autonomy. *UNCTAD Review*, 1997.
- KRUGMAN, P. Growing world trade: causes and consequences. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1995.
- LAL, D. *A liberal international economic order: the international monetary system and economic development*. 1980. (Princeton Essays in International Finance, n. 129).
- PIORE, M.J.; SABEL, C.F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- REICH, R.B. *The work of nations*. New York: Knopf, 1991.
- ROWTHORN, B. Imperialismo na década de 1970 – Unidade ou rivalidade? 1980.
- TAVARES, M.C. *A retomada da hegemonia norte americana – Um aprofundamento do debate*. Rio de Janeiro: UFRJ. IEI, 1985. (Texto para Discussão, n. 77).
- \_\_\_\_\_. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.